

DIREITA x ESQUERDA - A BUSCA DE EQUILÍBRIO DA *FOLHA DE SÃO PAULO* E OS EMPRESÁRIOS NA GREVE METALÚRGICA NO ABC EM MARÇO DE 1979

MARIA CAROLINA GRANATO DA SILVA*

1979 é um marco na política e sociedade brasileiras, de acordo com a historiografia dedicada ao tempo presente¹. Com os desdobramentos da greve metalúrgica em São Bernardo, em maio de 1978, e o fim do Ato Institucional 5, em 31 de dezembro, Daniel Aarão Reis assinalou:

Assim, com o ano novo, em 1979 o país reingressou no Estado de direito – ainda precário porque apoiado em uma Constituição imposta, a de 1967 (...) uma constelação de leis e decretos que se chamou desde então um verdadeiro *entulho autoritário*. Mas a ditadura aberta já não existia mais. O país e a sociedade respiravam (REIS, 2005: 69)

Conquistas da oposição à ditadura, notadamente, as grandes greves e a anistia também recrudesceram posições reacionárias, privilegiadas com a manutenção da antiga ordem. Do final do governo Geisel ao início de Figueiredo, tomadas de posições à direita, para manter privilégios, e à esquerda, impulsionando pela expansão de direitos, se intensificaram.

A *Folha de São Paulo* buscou o equilíbrio no debate entre o patronato representado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) do presidente Theobaldo de Nigris (1906-1990), entre outros; e os Sindicatos Metalúrgicos do ABC paulista, representados, em especial, por Luis Inácio da Silva, o Lula.

Na greve geral metalúrgica do ABC paulista, em março de 1979, o setor industrial mais poderoso, que incluía as montadoras multinacionais, enfrentava o segmento com maior concentração de trabalhadores. (ANTUNES, 1988) Considerando a advertência de Perry Anderson em *Espectros*: da direita à esquerda no mundo das ideias, de que o valor das ideias é relativo às noções em jogo no campo e que, portanto, “apenas o conhecimento destas que proporciona uma medida de comparação. (...) a

* Doutora em História/UFF, 2008; professora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

¹ Sobre o uso desta denominação “história do ‘tempo presente’”, entendido como tempo coetâneo à experiência do historiador” (FRANCO, LEVÍN, 2007: 34)

classificação é a função de uma conjuntura histórica em vez da identidade essencial.” (ANDERSON, 2012: 11 e 16), nesta greve emergiu um movimento denominado pela imprensa de “novo sindicalismo paulista”, que diferia tanto de lideranças de esquerda tradicionais, comunistas, quanto aos velhos e novos pelegos do pré e pós-64, seus opositores poderiam ser considerados um segmento importante da direita brasileira, a FIESP presidida por de Nigris, o Grupo 14, das indústrias metalúrgicas, metalmecânicas e eletroeletrônicas, que inclui as grandes montadoras multinacionais assim como a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)? As acusações de radicalização, de “intransigência”, foram recíprocas. Metalúrgicos e industriais estariam certos quanto a isso, ou seja, houve uma radicalização entre direita e esquerda? Perry Anderson advertiu:

Reportagem de *O Globo*, baseada em documentação encontrada pela historiadora Martina Spohr destacou: “As relações entre empresários e chefes militares se solidificaram durante a conspiração contra Goulart. Cristalizaram-se na Operação Bandeirantes [OBAN], em 1969”. (GASPARI, 2002: 59-67) De acordo com a mesma reportagem, a “engrenagem civil-militar que reconhecia a legitimidade do ‘movimento revolucionário no uso de meios para atingir plenamente seus objetivos’, na definição de Theobaldo de Nigris”. (*O Globo*, 10/3/13: 6)

Na obra citada acima, Perry Anderson distinguiu:

(...) as tarefas imediatas de administrar o mundo, nacional e internacionalmente, têm sido do maior interesse para a direita. Construções filosóficas normativas se tornaram a especialidade do centro. Investigações econômicas, sociais e culturais – do passado e do presente – dominam a produção de esquerda. (ANDERSON, 2012: 13)

Bem menos volumosa do que a literatura sobre o operariado metalúrgico do ABC, o novo (MORONIS, 1982; ANTUNES, 1988; SADER, 1988; PARANHOS, 1999, 2002, ...), aquela dedicada ao patronato se debruçou, preferencialmente, sobre o período posterior a 1980, reconhecido pela ruptura inaugurada com a saída de Nigris após 14 anos consecutivos na presidência da FIESP. (ABRAMO, 1985; DINIZ e BOSCHI, s/d; BARBOSA, 2008) Para Laís Abramo, de Nigris era “identificado com a ‘velha guarda’ e a ‘linha dura’ dos empresários.” (ABRAMO, 1985: 6) Eli Diniz e

Renato Boschi destacaram que sua gestão significou o apoio do empresariado à ditadura. Mais brando, Célio André Barbosa caracterizou como “aliada e acrítica” a postura da entidade em relação “ao governo militar”. (BARBOSA, 2008: 123)

A greve metalúrgica de março de 1979 pode ser considerada um marco no ocasso da “velha guarda”, representada por de Nigris, que aparece do início ao fim, porém, conforme avança o movimento, divide espaço com aqueles diretamente interessados, o Grupo 14 e a ANFAVEA. Laís Abramo apontou a inadequação das velhas lideranças patronais à nova arena política, ao pretender resolver o conflito mantendo o padrão imposto pela ditadura em 1º de abril de 1964, ou seja, “pela repressão e pela interferência do governo”, ao passo que Luís Eulálio Vidigal, que derrotou de Nigris, em 1980, “reconhecia sua legitimidade e a quase inevitabilidade da sua ocorrência”. (ABRAMO, 1985: 6) Entretanto, destacou quanto ao momento aqui em foco, conjuntura que se estendeu até 1982:

Esse tipo de posição [que reconhecia a legitimidade das reivindicações operárias] desapareceu das páginas dos jornais a partir de 1979. Seja porque o movimento dos trabalhadores, em sua própria evolução, tenha ultrapassado os marcos do que era entendido por estes empresários como “elegância”, “maturidade” e “responsabilidade”, seja porque, rapidamente, por iniciativa própria ou por imposição do governo, tenha-se logrado unificar os empresários no enfrentamento das greves, impedindo inclusive a expressão de opiniões divergentes. (ABRAMO, 1986: 10)

O CANTO DO CISNE DE THEOBALDO DE NIGRIS

O paulistano Theobaldo de Nigris era presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas quando assumiu a presidência da FIESP, em 1966. O verbete a ele dedicado do Dicionário Histórico e Biográfico do CPDOC-FGV informa que, em seu nome: “Em junho de 1978, a FIESP telegrafou ao presidente Ernesto Geisel, externando “profunda preocupação pela marcha das greves que estão eclodindo em São Paulo”, e alertando para “conseqüências imprevisíveis em relação à própria segurança nacional”. (BELOCH: s/d). Relacionado ao setor automobilístico pelo comércio, segundo o site do Grupo de Nigris:

A relação da De Nigris com a Mercedes-Benz teve início nos anos 50, antes mesmo da fábrica ser instalada no Brasil (...) comercializavam os caminhões e ônibus Mercedes-Benz (...) Em 1956, quando teve

início a produção dos veículos comerciais Mercedes-Benz no país, os De Nigris foram convidados a abrir uma das primeiras concessionárias da marca. Oito anos depois, em 1964, a De Nigris Distribuidora de Veículos comerciais foi oficialmente fundada. Hoje o Grupo De Nigris é reconhecido como um das maiores e mais tradicionais revendas Mercedes-Benz. (*Grupo de Nigris, s/d*)

Na penúltima sequência de *Greve!* (1979), na porta da fábrica da Mercedes o operário convoca o presidente da FIESP: “*Nós convidamos o senhor Teobaldo De Nigris pra vir na portaria da Mercedes porque nós já descobrimos que ele tem olhos biônicos e nós vamos dar o troféu de Pai da Mentira pra ele. A Mercedes-Benz está parada.*” (FC, 1986: 32) Sua presença na filmografia de João Batista de Andrade se completa ao representar a si próprio, no auditório da FIESP, na comemoração do “operário-símbolo” da ficção *O homem que virou suco* (1980).

A *Folha* estampou na primeira página da edição de 11 de março de 1979, antevéspera da eclosão da greve, as fotos, separadas, de dois protagonistas do conflito: À esquerda, o presidente dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, microfone na mão, com a legenda: “Lula não aceita a proposta patronal”; à direita, de terno, sentado em cadeira com espaldar alto tal um trono, com a legenda: “Theobaldo de Nigris acredita em acordo”. A chamada na primeira página dedica um parágrafo a cada lado envolvido: Além das 10 linhas para a FIESP e 14 para os metalúrgicos, oito para a Delegacia Regional do Trabalho que deveria mediar o conflito. (...) “o aumento escalonado de até 60% sobre os salários vigentes na data base”, anunciados por de Nigris; para Lula, não passavam “de pura demagogia; a classe empresarial não pretende ceder um milímetro de seus lucros.” Desde então o delegado regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres, questionava a legalidade das decisões operárias ao advertir que as assembleias que decidiram pela greve seriam “consideradas ‘ilegais’ caso constem em ata assinaturas de metalúrgicos não sindicalizados.” (FSP, 11/3/79: 1ª p.) Nos dois dias seguintes à sua deflagração, a greve dos metalúrgicos do ABC divide espaço com a posse dos novos governadores, em especial, Paulo Maluf, da Arena, em São Paulo, e do presidente da República.

A FOLHA DE SÃO PAULO – EM BUSCA DO EQUILÍBRIO DO CENTRO

A própria *Folha* esclareceu: “um editorial traduz a opinião de um jornal ou uma revista, da estação de rádio ou de tv”, segundo outro editorial da própria *Folha* “Um problema ético”, de condenação à postura da TV Globo na greve. (*FSP*, 24/3/79: 2) Na edição que anunciou a deflagração, o editorial “Em vez de greve, acordo” considerava “situações de conflito, de resto inevitáveis” para as quais não existia “mais de uma solução razoável pelos conflitos trabalhistas. Os trabalhadores precisam de seus empregos tanto quanto os empresários necessitam da mão-de-obra; essa é a realidade irreduzível.” E reconhecendo “abismos sociais que caracterizam nossa estrutura social”, concluiu: “Com realismo e ânimo democrático, resta lembrar a privilegiada situação econômica dos operários do ABC, se comparados aos demais trabalhadores das cidades e dos campos brasileiros.” (*FSP*, 13/3/79: 2) Diante dos desdobramentos da greve, a opinião tende para o lado em desvantagem. Na véspera e na edição que anuncia a intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABC “Limite perigoso” e “A lugar nenhum”, no primeiro, a necessidade do equilíbrio entre patrões e trabalhadores:

Em princípio, como já o repetimos muitas vezes e ao contrário de muitas opiniões, não se nos afigura um abuso a arma da greve. Por serem os instrumentos de legítima defesa do trabalhador, os movimentos peditas constituem em tudo e por tudo um direito inalienável dos operários que não por casualidade aprimoram o processo democrático de países onde hoje impera a economia de mercado. Por ser o instrumento de autodefesa, porém, a greve só vale como tal – nunca como uma arma de guerra ou como o processo mais curto para o suicídio. Mas é este, infelizmente, o caminho a que o atual impasse poderá conduzir o País; pois se a categoria dos metalúrgicos não usar a greve para se favorecer, certamente favorecerá a quem não interessa. E não propriamente aos empresários, aos quais qualquer radicalização não beneficia de forma alguma (*FSP*, 23/3/79: 2)

Consumada a intervenção, no dia seguinte, a crítica aos “limites ainda muito acanhado da promessa democrática que o governo Figueiredo transformou em sua principal bandeira.” (*FSP*, 24/3/79: 2) O equilíbrio necessário à democracia levou, enfim, ao apoio aos grevistas:

As manifestações generalizadas de desapoio à intervenção, que se registraram no correr de todo dia de ontem, algumas delas partidas até de setores que consideravam a posição dos trabalhadores intransigente, como esta “Folha”, dão o testemunho: a sociedade civil

não quer mais saber de leis restritivas, de medidas autoritárias, de soluções que só adiam problemas, deixando atrás de si uma esteira de amargura, de ressentimento e de desilusão. (FSP, 24/3/79: 2)

Posição corroborada logo abaixo em “Um problema ético”, sobre o *Jornal Nacional* da TV Globo que, como qualquer emissora, funcionando por concessão federal, não tem liberdade de expressão: “Tratava-se, esse editorial, de uma advertência dirigida aos trabalhadores metalúrgicos do ABC, cujos sindicatos sofreriam, poucas horas depois, a intervenção decretada pelo Governo, por prosseguirem na greve iniciada há 12 dias.” Diante de tal parcialidade, a *Folha* reivindica, “o direito de resposta aos diretamente envolvidos e a quem desejar responder. Sem o que se trata de um diálogo de surdos, no qual a emissora fala e o interlocutor cala.” (FSP, 24/3/79: 2)

À DIREITA, OS EMPRESÁRIOS E A BUROCRACIA TRABALHISTA

Após a deflagração, Theobaldo de Nigris passa a, dividir o espaço destinado ao patronato com representantes do Grupo 14, como Mauro Marcondes, da Comissão Executiva, e Mário Garnerio, presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Desde o segundo dia de paralisação, o primeiro estimulou a intervenção federal: “Para o presidente da Fiesp, o ministro deve intervir junto aos metalúrgicos do ABC para que eles voltem ao trabalho já que do lado dos empresários a questão está encerrada.” Já o representante do Grupo 14 aconselhava às lideranças operárias: “Os sindicatos, segundo Marcondes, deveriam desistir dos piquetes e insistir somente na efetiva conscientização dos trabalhadores para manutenção da greve.” (FSP, 16/3/79: 21) Passados poucos dias, avançou o apelo ao governo: “A greve já não é mais um problema de relacionamento entre empresário e empregado, agora é um problema entre o governo e um movimento que impede que o trabalhador que quer trabalhar possa fazê-lo” (FSP, 20/3/79: 32) Em outras palavras, um caso de polícia.

Além da manutenção do índice aceito pelos sindicatos metalúrgicos do interior, de perfil industrial diverso daquele do ABC, na edição do dia da posse do presidente da República, o representante da Volkswagen de São Bernardo anunciava os prejuízos para a empresa e para o Brasil:

Em nota enviada aos jornais assinada pelo jornalista Mario Forjaz, a empresa acrescenta que além da diminuição da oferta ao mercado

interno, o movimento trará sérios prejuízos às exportações da empresa, com reflexos nada desprezíveis sobre a balança comercial do País. (*FSP*, 15/3/79: 36)

No mesmo sentido do presidente da ANFAVEA, Mário Garnero em evento da Câmara do Comércio Brasil-Canadá sobre a “uma diminuição na produção das montadoras em cerca de 10 mil carros”, após uma semana de paralisação. Ao invés de falar sobre “A livre iniciativa na integração continental”, conforme previsto, segundo a *Folha*, “Garnero, no entanto, dedicou a maior parte do discurso ao movimento grevista”: ““Movimentos de paralisação do trabalho, irradiados sob inspiração política e ainda mais reforçados pelo achincalhe da lei e dos juizes, também configuram situações insuportáveis para nós, defensores da liberdade, amantes da democracia.” (*FSP*, 20/3/79: 32) Na página seguinte a declaração do diretor da Divisão de Ordem Política e Social, do Departamento de mesmo nome (DEOPS) “plenamente convencido da infiltração da Convergência Socialista na greve deflagrada no ABC”. A prova: “inúmeros exemplares do jornal da Convergência Socialista especialmente dedicado à greve” (*FSP*, 20/3/79: 33), como aliás toda a imprensa nacional do momento. No entanto, esta conclusão do diretor do DEOPS embassou o governador Maluf: “O assunto deixou de ser econômico e passou a ser policial, porque há uma ditadura de uma minoria impedindo aqueles que desejam trabalhar.” (*FSP*, 20/3/79: 32) Na burocracia trabalhista, “Sindicatos pedem prazo de dois dias para contestar infiltração” sobre pelo delegado do Trabalho da apuração de “incitamento de trabalhadores à greve”. A intervenção não tardou fundamentada no artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segundo o despacho do ministro do Trabalho Murilo Macedo: “dissídio ou circunstância que perturbe o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional”. No entanto na justificativa, o reconhecimento de que os dirigentes sindicais exerceram de fato o papel de líderes e que portanto o movimento nada tinha de “infiltração”:

A comissão de sindicância, (...) concluiu, de maneira incontestável, inclusive por declarações públicas dos implicados, que os integrantes das diretorias dos mencionados sindicatos participaram ativamente do incitamento ao desrespeito da sentença judicial em causa, liderando concentrações públicas e ações de piquetes, de modo a induzir as

categorias representadas pelas suas entidades à continuidade do movimento paredista. (*FSP*, 24/3/79: 16)

Enquanto de Nigris “evitou comentar o mérito da intervenção, ‘que não estou apoiando nem recriminando’”, para Mauro Marcondes “‘não havia outro caminho para o governo’ além da intervenção, que significa, na sua opinião, um prejuízo apenas momentâneo para o processo de abertura política.” Ao passo que para o presidente da ANFAVEA, mais uma vez ocupado com a greve na sua agenda empresarial festiva em “coquetel oferecido pelo Brasilinvest ao ministro da Fazenda Carlos Rischbieter”, segundo a *Folha*: “A intervenção nos sindicatos do ABC não prejudica o processo de abertura e, pelo contrário, o reforça já que”, em suas próprias palavras: “o cumprimento das leis é a base do regime democrático” (*FSP*, 28/3/79: 18) No fim da greve, dedicou sua agenda especialmente ao movimento:

Garnero convocou a imprensa ontem para comentar a decisão dos metalúrgicos de retornarem o trabalho. “Saímos todos fortalecidos”, afirmou. “É muito importante o diálogo que se travará na comissão tripartite para o aprimoramento do poder legislativo e da democracia e, com a volta ao trabalho, venceu a corrente brasileira não radical que busca o acerto para questões que são, até certo ponto, normais numa democracia.” (*FSP*, 28/3/79: 19)

Desse modo, reconhece como legítima, a liderança operária cassada ao contrário do presidente da FIESP, mais reticente: “Juridicamente, não podemos negociar com eles [os líderes operários], só com autoridades e com o delegado do trabalho”. (*FSP*, 28/3/79: 19) Sem reconhecer a legitimidade da liderança operária cassada de Nigris se desqualifica para representar o patronato neste embate fundamental para a tomada de posição do setor neste momento de transição. O legalismo de Theobaldo de Nigris não encontrava mais eco numa conjuntura de crítica ao antigo regime, em especial, o *entulho autoritário* que o legalizava. Por outro lado, a manutenção do peleguismo estava assegurada pela nova geração da FIESP:

Os empresários da Comissão Executiva do Grupo 14 estavam reunidos ontem à tarde na FIESP, participando de uma reunião para definir os termos da convenção salarial que será assinada com 31 sindicatos do interior do estado na próxima quinta-feira. Participavam da reunião, além dos empresários, o presidente da Federação dos Metalúrgicos Argeu Egídio dos Santos, e os componentes da comissão de negociação dos metalúrgicos. A notícia do retorno ao trabalho

chegou no meio da reunião, e, no final, os dirigentes metalúrgicos e empresários reuniam-se em volta de um pequeno rádio ouvindo o discurso feito por Luis Inácio da Silva na assembleia de São Bernardo. “A decisão caracteriza maturidade dos trabalhadores e contribui para pacificação social e sindical”, afirmou Paulo Francini (FSP, 28/3/79: 19)

FONTES

Folha de São Paulo, março de 1979 (Biblioteca Nacional e <http://acervo.folha.com.br/fsp> Acesso, jan-mar, 2013)

Grupo de Nigris. http://www.denigris.com.br/app_root/index.aspx Acesso 25/1/2013.

Referências

ABRAMO, Laís. “Empresários e trabalhadores: novas ideias e velhos fantasmas” *In Cadernos do CEDEC 7*: 1985 http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD7.pdf Acesso 9/3/13.

_____. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. [1986] Campinas/São Paulo: Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.

BOSA, Célio André. *A Fiesp e o Estado Nacional: De escudeiros e opositores (Uma breve história do empresariado industrial paulista e a crise do regime autoritário) 1979-1985*. Dissertação Geografia, USP: 2008.

BARBELOCH, Israel (org.), *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro –CPDOC-FGV* <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> Acesso 10/2/2013.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. “As eleições de 2004 na FIESP: A politização recente e a organização do empresariado” *In* <http://neic.iesp.uerj.br/artigos.html> Acesso fevereiro de 2013

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. O discurso sindical dos metalúrgicos de São Bernardo -1971/1982. Dissertação de Mestrado em História, Campinas: Unicamp, 1999.

_____. *Mentes que brilham (Sindicalismo e Práticas Culturais dos Metalúrgicos de São Bernardo)*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2002.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.